

Psicanálise e antropologia: afinidades de método

Natália Alves Barbieri
Cynthia Andersen Sarti

O estudo sobre as relações da psicologia e da sociologia era inteiramente de método. Mas um método só se justifica se ele abre um caminho, se é um meio de classificar fatos até então rebeldes à classificação. Ele só tem interesse se tiver um valor heurístico.

Marcel Mauss

Pesquisar é uma forma de buscar conhecimentos e resolver problemas. Vários são os caminhos possíveis quando se envereda na procura daquilo que se pretende conhecer, o que implica diferentes pressupostos teóricos e metodológicos. Portanto, compartilhar e explicitar as trilhas que o pesquisador percorreu até chegar aos resultados da pesquisa é parte fundamental do processo investigativo.

Esta apresentação pretende mostrar o caminho teórico e metodológico percorrido na elaboração de uma pesquisa sobre representações de velhice, envelhecimento e cuidado de profissionais que trabalham numa instituição asilar para idosos, naquilo que esta experiência abriu de possibilidade de diálogo entre a psicanálise e a antropologia.

As possibilidades de articulação entre a psicanálise e a antropologia são temas de diversos estudos, como o grupo coordenado por Paul-Laurent Assoun na Universidade de Paris VII. Neste debate, buscamos contribuir com o relato do que sustentou esta pesquisa, na qual o diálogo entre estes dois campos do conhecimento se deu, de um lado, no plano *metodológico*, ao pensar as relações no trabalho de campo etnográfico a partir da noção de transferência, e, de outro, no plano *analítico*, por conceber a realidade mediada pela linguagem.

Foi utilizado o método etnográfico e essa escolha esteve intrinsecamente vinculada às considerações teóricas. Estudar o fenômeno do cuidado *in loco* levou ao enfrentamento de questões importantes para a pesquisadora no que se refere à relação entre observador e observado, problemática central da etnografia e também da psicanálise. Os questionamentos propostos pela etnografia orientaram a presença do pesquisador no campo, a partir da problematização da sua presença em campo e da permanente vigilância no que se refere às formas em que se estabelecem as relações deste com os pesquisados.

Permaneci em campo por mais de um ano, sendo oito meses consecutivos com presença semanal. Estar em contato com o profissional que cuida de idosos em seu próprio local de trabalho, na autenticidade do acontecimento, possibilitou que o foco do estudo – o cuidado e suas representações – pudesse ser compreendido em seu contexto. Neste sentido, o método escolhido visou abranger as mais diversas questões presentes no cotidiano da instituição, sem que houvesse uma seleção *a priori* daquilo que se observaria, ao mesmo tempo em que se manteve como parâmetro o objetivo da pesquisa: a análise do cuidado profissional ao idoso.

Vou apresentar neste momento dois aspectos importantes para fundamentar minha exposição: primeiro irei falar sobre a etnografia e em seguida irei traçar o percurso do conceito de transferência na psicanálise.

Etnografia: o contato com o outro

A etnografia, oriunda das ciências sociais, mais especificamente da antropologia, tem seu início no século XX, sendo atribuída a Malinowski a primeira sistematização do que seria considerado o método etnográfico. Ao discorrer sobre o tema e método da sua pesquisa, Malinowski destaca a importância do pesquisador estar *in loco* na situação pesquisada, em contato com o cotidiano e as intempéries da cultura estudada; relata também a necessidade do trabalho de campo estar referendado nos estudos teóricos científicos e objetivos, sem que estes gerem idéias preconcebidas daquilo com que se pretende entrar em contato. Estes aspectos seriam relevantes para se garantir um rigor científico tanto na obtenção quanto na análise dos dados.

Este procedimento, marcado por uma perspectiva relativista, afirma a importância de se olhar o outro precisamente como uma alteridade e não como espelho de si mesmo. Trata-se de apreender o ponto de vista do outro dentro do contexto do qual faz parte.

O aspecto relacional presente na problematização da relação observador-observado é, portanto, intrínseco à antropologia, e por lidarmos com informações subjetivas torna-se necessário buscar o rigor da observação. Entender o outro a partir do olhar do próprio outro, implica um esforço de distanciamento das referências do observador. É desnaturalizar o olhar por considerar que não há “naturalidade” nem “neutralidade” no humano, nem no pesquisador, nem no pesquisado. Ambos são sujeitos culturais. Ao mesmo tempo, há no encontro aquilo que o possibilita: a

identificação com um outro que além de ser diferente é também semelhante, e esta é uma das dificuldades do método empregado. A observação, neste sentido, pressupõe um duplo movimento: o de transformar em “estranho” aquilo que nos é familiar, ou seja, nossos procedimentos habituais, nossos costumes e valores; e o de transformar em “familiar”, em algo inteligível e aceitável para nossos códigos culturais, aquilo que parecia “estranho” à primeira vista.

A transferência no trabalho de campo

O desenvolvimento do conceito de transferência acompanha o percurso de construção da psicanálise por Freud, e depois por outros psicanalistas, sendo parte deste caminho traçado aqui com o intuito de aproximação deste que é considerado um dos alicerces centrais da teoria psicanalítica.

Freud desenvolveu conceitos teóricos e clínicos a partir daquilo que foi constatando na sua prática, que tinha como objetivo, no início de seu trabalho como médico, identificar e solucionar o foco causador dos sintomas patológicos de suas pacientes. No decorrer de sua prática clínica utilizou diversas técnicas comuns no período, como a hipnose, a hipnose catártica e a sugestão, até o momento em que passou a utilizar a *associação livre*, em que pedia para suas pacientes falarem aquilo que viesse à cabeça, sem restrição a nenhuma idéia que por ventura pudesse parecer sem nexos. Neste ínterim, Freud percebeu que o resultado do trabalho que realizava dependia prioritariamente daquilo que acontecia na relação entre ele e a pessoa atendida. Havia um endereçamento da fala do paciente para o médico que já vinha acompanhado de expectativas e repetições de padrões constitucionais da pessoa analisada. A este aspecto da relação deu o nome de transferência.

Citando Bleger: a psicanálise começou investigando o que ocorre no paciente (“dentro” dele), mas a introdução da transferência levou a uma mudança fundamental: à investigação do que ocorre durante a sessão analítica como uma relação interpessoal. A isto se agregou o estudo do que ocorre no psicanalista.

O termo em si pertence ao senso comum e é utilizado para designar diversas situações que tenham a ver com movimento, deslocamento, afastamento, transposição ou ainda transporte, tradução, transmissão (Fédida, 1996). Freud não inventou a palavra, mas lhe atribuiu significados novos e ao fazer isto passou a especificar sobre uma parte do funcionamento psíquico, sendo considerado um dos conceitos fundantes da

psicanálise. Para Fédida (1996), a transferência consiste em dois aspectos: “translatio”, onde está presente a idéia de uma dinâmica de um movimento de um lugar para outro (ou melhor, de um ser para outro) e “traductio”, onde se traduz na relação a reprodução de uma ancestralidade constitutiva do sujeito. Pode-se dizer que se transfere não somente a palavra, mas também aquilo que não pode ser falado e que se manifesta na cena.

É sob este aspecto que a escuta do analista tem como função, como disse Lacan, “*captar o que é dito para além do que se quer dizer*” (Lacan, 1999; p.169).

No texto *Observações sobre o amor transferencial* Freud (1915c) apresentará o trabalho da transferência como "as únicas dificuldades realmente sérias" que o "principiante em psicanálise" (p.208) aprende em sua prática. Neste artigo, Freud trata a transferência como técnica e diz que o analista deve abandonar sua vaidade pessoal frente aos encaminhamentos do que acontece em análise, para poder reconhecer que aquilo que lhe é dirigido, encaminha-se para o papel que exerce e não “aos encantos de sua própria pessoa" (p.210). Nesta relação, tão particular, um dos dois pretende estar abstinente da influência pessoal sobre o outro.

Se assim não o for, corre-se o risco do auto-engano por parte do profissional e da manutenção de uma possível resistência do paciente em desfocar o objetivo do tratamento. O termo *furor curandis*, a maneira como Freud denominou o desejo do analista em curar, interfere e impossibilita a cura do paciente, apontando, assim, uma dificuldade do profissional (dificuldade humana) em lidar com suas próprias questões despertadas pelas questões do outro.

Freud (1937), em um de seus últimos trabalhos, colocou a “individualidade do analista” (p.281) como um dos impeditivos na perspectiva do trabalho analítico. As dificuldades em lidar com a própria resistência, despertada por temas e vivências na relação terapêutica, revelam-se presentes e atuantes no trabalho. É aconselhável desconfiar da própria segurança e das certezas, tendo que constantemente revisitar-se em sua própria análise ou numa supervisão de seu trabalho, tornando possível uma elaboração *a posteriori* daquilo que ocorreu no encontro. Malinowski, analogamente, também relata em seu trabalho a interferência da subjetividade do pesquisador na observação etnográfica.

A noção de transferência, portanto, foi considerada tanto para o pesquisador quanto para os pesquisados. A ressalva torna-se importante, pois na psicanálise há uma discussão acerca da diferença entre os conceitos de contratransferência e transferência;

sendo o primeiro termo considerado como uma reação do analista em relação ao paciente. Althusser (1973) argumenta que todos os sujeitos funcionam em seus relacionamentos mediante a transferência, sendo esta uma lei universal. Este autor defende que os conceitos desenvolvidos por Freud não vieram de idéias abstratas, mas sim decorrentes da sua experiência concreta – transferencial – na clínica com suas pacientes histéricas. Althusser questiona a nomeação “contratransferência”, pois o prefixo “contra” denota algo que veio depois, referindo-se a um estado de contrariedade à primazia da transferência, que pode ser entendida como uma função defensiva: contra a transferência do paciente. Como disse Freud, não podemos esquecer que uma contratransferência é também uma transferência.

O psicanalista-pesquisador em seu trabalho (seja na clínica, na instituição ou na rua), tem para si que aquilo que lhe é dirigido, o é em função do lugar imaginário que o outro lhe atribui, sendo um lugar de atribuição de um suposto saber: o analisando supõe que o analista sabe algo de si que lhe escapa, assim como o analista também supõe possuir um “saber” que escapa ao analisando. O que funda a relação transferencial é a assimetria dos lugares dos personagens em questão. A assimetria não quer dizer hierarquia, pois não deveria haver uma situação de poder de um sobre o outro, pelo menos em teoria; também não pode ser considerada simplesmente uma relação horizontal, pois os lugares são distintos, mas diz respeito à diferença de lugar implicando o reconhecimento do outro como um igual.

O analista trabalha com aquilo que lhe é dirigido e tem sempre em consideração o que acontece na relação. A relação, pelo viés da transferência, é continuamente colocada em questão como na etnografia. Ocariz (2003) relata com clareza este aspecto que pode ser compartilhado por estas relações:

“Um analista pode fazer muitas coisas (falar, gesticular, cantar, agir), mas sempre tem de saber, embora a *posteriori*, que lugar ocupa sua intervenção na trama transferencial. (...) Este processo de analisar e pensar nossas ações é a condição fundamental para o rigor científico e para a ética” (p. 114).

A noção de transferência evidencia a importância de se considerar o aspecto intersubjetivo no trabalho de campo. Fédida (1996), no entanto, aponta para uma dificuldade no compartilhar da estranheza vivida na relação transferencial e diz da impossibilidade de uma metalinguagem da transferência, já que qualquer forma de comunicação é insuficiente e inadequada para expressar aquilo que ocorre na experiência. As palavras se modificam ao serem expressas. A transferência é mais um

processo do que um fenômeno, e nesse sentido, a palavra sempre carrega o lugar com seu movimento (p.163). Para se ter uma noção do processo, segundo Fédida, mais vale comunicar de forma a se ter uma apreensão de um instante daquilo que foi vivido do que uma descrição pormenorizada do caso.

Etnografia e Psicanálise

Podemos, assim, fazer um paralelo entre a concepção de um caráter relacional intrínseco ao trabalho de campo na etnografia e a prática e a teoria psicanalíticas, com base em Freud, por meio do desenvolvimento do conceito de *transferência*. A psicanálise, para além da prática e da teoria, se configura também como um método investigativo, sendo que os problemas relacionados à investigação fazem parte de seu campo de estudo.

Sabemos que Freud viveu a tensão entre ser reconhecido como propulsor de uma teoria científica positivista, de acordo com o que era considerada ciência na sua época, ao mesmo tempo em que rompe com a epistemologia positivista de verificação *in loco* e passa a circular no âmbito das ciências humanas.

Segundo Birman, o intenso debate sobre a cientificidade do saber psicanalítico e a sua inscrição no campo da razão científica começou a diminuir a partir da década de 1960, deixando de ser uma questão primordial. A legitimidade da psicanálise como uma modalidade de saber passava a não precisar mais do selo de “cientificidade” como um critério valorativo nos campos da filosofia e da cultura, tendo havido uma mudança importante de paradigma, onde a verdade se deslocou do *registro da ciência* para um território simbólico regulado pelos *registros da linguagem, da ética e da política*. O problema passa a se dar no *como* se realiza a produção do conhecimento e no modo como este é recebido e reproduzido no espaço social.

A direção de uma investigação científica, para Freud (1915a), está fundamentada primordialmente na observação, mais especificamente na “interpretação da empiria”. Para Freud, não é possível evitar, na fase de descrição, a influência de idéias abstratas interferindo na observação, sendo estas indispensáveis. Estas idéias devem possuir um certo grau de indefinição e não podem delimitar, nitidamente, o material observado para que esta convenção não impeça a compreensão de significados que apareçam com a observação.

Vou ler um trecho do texto “pulsão e seus destinos” que explicita de maneira clara esta idéia de Freud:

“Ouvimos com freqüência a afirmação de que as ciências devem ser estruturadas em conceitos básicos claros e bem definidos. De fato, nenhuma ciência, nem mesmo a mais exata, começa com tais definições. O verdadeiro início da atividade científica consiste antes na descrição dos fenômenos, passando então a seu agrupamento, sua classificação e sua correlação”.

“Só depois de uma investigação mais completa do campo de observação, somos capazes de formular seus conceitos científicos básicos com exatidão progressivamente maior, modificando-os de forma a se tornarem úteis e coerentes numa vasta área. Então, na realidade, talvez tenha chegado o momento de confiná-los em definições. O avanço do conhecimento, contudo, não tolera qualquer rigidez, inclusive em se tratando de definições. A física proporciona excelente ilustração da forma pela qual mesmo ‘conceitos básicos’, que tenham sido estabelecidos sob a forma de definições, estão sendo constantemente alterados em seu conteúdo” (Freud, 1915a, p.137).

Estes trechos exprimem o momento em que Freud fundamenta o desenvolvimento do conceito de pulsão, conceito abstrato e de difícil assimilação. Seu esforço em fazer considerações sobre o percurso da produção desta idéia possibilitou a aproximação da relação entre observação e construção de conhecimento. O alicerce do método científico para Freud é, antes de tudo, a observação, e não a elaboração de uma teoria especulativa, sendo os conceitos passíveis de substituição desde que a prática contradiga a teoria.

No trabalho de Berlinck (2007ab) sobre a história do método clínico, tanto a psicanálise quanto a antropologia herdaram do naturalismo do século XVIII a noção de “observação desinteressada da natureza” (ou “neutralidade valorativa”¹), no entanto, ambas buscaram meios de minimizar as questões implícitas nesta noção metodológica. Berlinck ressalta dois destes recursos em busca de fundamentar seu método: o primeiro seria justamente a necessidade de formulação, por parte do observador, da posição em que ocupa na trama relacional; e o segundo, proposto por Freud, seria a busca por uma “narrativa científica”, onde a ficção é o paradigma escolhido quanto se assume que a natureza é inapreensível para o humano.

¹ Segundo Berlinck (2007a) da Antiguidade Grega até o Renascimento não haviam sido construídas ainda as noções de natureza e subjetividade, de tal forma que o observador mantinha uma posição passiva frente aquilo que observava: o que era visto era considerado um “fato objetivo”. O autor usa a metáfora do sonho como exemplo, onde o sonhador é um receptor passivo daquilo que vê no sonho, como algo que lhe é externo.

Portanto, a problematização, implícita na etnografia, da relação entre pesquisador e pesquisado ocorre igualmente na psicanálise no que se refere à relação entre psicanalista e analisando. Assim, a elaboração desta segunda relação, embora não esteja implicada no trabalho de campo, serve de parâmetro analítico para a compreensão da relação entre pesquisador e pesquisado no trabalho de campo etnográfico, por meio da utilização do conceito de transferência que permite pensar aquilo que acontece no *entre dois, entre três, entre vários*, em ambos contextos relacionais.

Esta perspectiva se contrapõe a uma das objeções feitas à pesquisa no campo da psicanálise que diz que o campo analítico só existe na experiência fundada na transferência e esta ocorreria apenas no *setting* analítico tradicional: o consultório. O conceito de transferência, no entanto, diz respeito a uma abordagem da forma relacional em que sujeitos falam e interagem entre si. A (psi) análise se baseia fundamentalmente na palavra, que interpela uma escuta (do inconsciente) de um outro. É a partir da escuta da fala de um (ou de vários) que se constitui a experiência psicanalítica, sendo este o campo da transferência onde se funda o campo da ação e da pesquisa empírica psicanalítica.

Não se trata, portanto, de uma psicanálise aplicada onde seriam utilizados conceitos psicanalíticos como recurso para compreender o que se vê em campo, mas o próprio trabalho de campo se constitui em um campo da transferência. Porque é também lugar próprio da comunicação humana (Althusser, 1973). Nesta mesma linha de pensamento, Birman (1992b), afirma que:

“a experiência psicanalítica admite diversas possibilidades de clínica, desde que nesta diversidade se reconheça as condições epistemológicas e éticas para a construção do espaço psicanalítico, isto é, uma experiência centrada na fala, na escuta e regulada pelo impacto da transferência” (p. 23).

As afinidades entre as questões colocadas pelo trabalho analítico e pela prática etnográfica como relações intersubjetivas, que exigem, como condição *sine qua non*, a elaboração dos termos da relação entre pesquisador e pesquisado, observador e observado, psicanalista e analisando, permitem utilizar conceitos da psicanálise como marco teórico de uma pesquisa de campo etnográfica, numa abordagem interdisciplinar. Podemos inferir, ainda, a possibilidade de uma analogia entre as duas relações que foram abordadas na pesquisa: pesquisador-pesquisado (observador-observado) e profissional da instituição-idoso. Também podemos considerar outra relação análoga ao problema: aquela existente entre psicanalista e analisando. Seria pertinente considerar

infinitamente outras relações equivalentes? Isto indicaria a presença de um modelo estrutural. As escolhas metodológicas, portanto, estiveram intrinsecamente associadas ao problema de pesquisa.